

O Comité Nacional de Bioética para a Saúde de Moçambique: Procurando uma Afirmção Sul

João Schwalbach

O sonho é gerador da esperança. Cultivar e desenvolver o sonho é pois multiplicar, fazer crescer, revigorar, sedimentar a esperança. Esta, por sua vez, determinará a realização do sonho, possibilitando a obtenção de desfechos expectavelmente positivos, sejam eles individuais ou colectivos. Deste modo se asseguram valores sociais e éticos que edificam um conjunto de regras que motivam a sã convivência de uma sociedade. Valores! Valores que só possuem sentido por outorgarem dignidade aos homens e às coisas que o rodeiam, proporcionando concomitantemente liberdade na relação humana, enquanto sujeito individual e social.

Permitam-me citar, a respeito, algumas reflexões de alguns grandes homens que, directa ou indirectamente estão relacionados com África, continente este ainda pouco conhecido, avalizado e, talvez por isso mesmo, tristemente encoberto da zona Sul do nosso mundo. Tais reflexões podem constituir exemplos a ponderar e, quiçá, trilhos a seguir:

“A esperança é uma arma poderosa e nenhum poder no mundo pode privar-te dela” disse Nelson Mandela, o carismático líder e fascinante político Sul-africano. Já o igualmente líder e importante político que assumiu a primeira Presidência de um novo Moçambique, por outras palavras, mas na mesma senda, afirmava que *“Não se pergunta a um escravo se quer ser livre”*. E, quando o extraordinário líder afro-americano Martin Luther King declarou que *“Se não puder voar, corra./ Se não puder correr, ande/ Se não puder andar, rasteje/ mas continue em frente de qualquer jeito.”*, certamente também pretendeu afirmar, como o grande poeta António Gedeão, que *“... Eles não sabem, nem sonham,/ que o sonho comanda a vida,/ que sempre que um homem sonha/ o mundo pula e avança/ como bola colorida/ entre as mãos de uma criança...”*. E, para terminar estas citações recordo esse colossal poeta da língua portuguesa, Fernando Pessoa, que desabrochou para as letras na África

do Sul, e que assegurava, *“Sinto-me nascido a cada momento para a eterna novidade do mundo”*.

Estes e, ditosamente, muitos outros Homens, não só sonhavam e por isso tinham esperança, que constantemente a alimentavam, como arrastavam consigo a capacidade de nos fazer também sonhar e nos fazer acreditar na essencial esperança que admitíamos possível. Esperançadamente, muito, buscavam e lutavam por valores. É que sem esperanças e sem sonhos, que as consubstanciam, não há valores, não há ética. É que, perdendo o sonho perdemos a esperança e sem esperança ficamos todos mais empobrecidos eticamente.

Infelizmente, nos dias de hoje, muitos afiançam que a maior crise que o ser humano pode enfrentar (e que estamos mesmo enfrentando) é a crise de valores. Na verdade essa crise está atingindo a humanidade, determinando que ela passe a viver de forma mais egoísta, cruel e violenta. Contudo, é fundamental enfatizar a importância de bons exemplos na sociedade (que os há), uma vez que a transmissão de indispensáveis valores humanos farão o recrudescer do alicerce de um futuro mais pacífico, completo e sustentável. Temos que dar a possibilidade de outorgarmos sonhos e de também buscar mais sonhos para que deste modo se criem esperanças, acreditando assim, todos, que seremos capazes de nos respeitar mutuamente para que se promova a solidariedade entre os humanos.

Todos estes conceitos e valores se devem aplicar quando se pretende realizar pesquisas envolvendo seres humanos. Não obstante esta ser uma prática de longos anos a sua história mostra-nos, muitas vezes, que ela trilhou caminhos desumanos, revelando vezes sem conta situações de marcada injustiça e, até de crueldades. Por todas estas razões procura o mundo, como sabemos, estabelecer padrões apropriados para o estudo em humanos que garantam, do ponto de vista ético, que os participantes da pesquisa sejam considerados com integridade, promovendo o respeito pelos seus direitos e dignidade humana. Daqui a imperiosa necessidade da avaliação dos projectos de pesquisa mesmo antes da sua fase de execução.

É assim que os Comités de Ética para a investigação são importantes, pertinentes e oportunos e fazem todo o sentido como forma de garantir a execução desses estudos com níveis altos de padronização requeridos internacionalmente, sobretudo tendo em conta os princípios da bioética. Por estas razões se criou, em 2002, em Moçambique, o Comité Nacional de

Bioética para a Saúde (CNBS), com os objectivos de (i) permitir que a investigação biomédica decorra de acordo com as normas nacionais e internacionais de bioética e que garantam a protecção dos participantes e (ii) promover a realização da investigação com qualidade em Moçambique.

O Comité Nacional de Bioética para a Saúde, com sede em Maputo, exerce a sua actividade em todo o território nacional e é uma pessoa colectiva de direito público, sem fins lucrativos, dotada de autonomia técnica, administrativa e financeira, sendo tutelada pelo Ministério da Saúde.

A principal actividade do CNBS e dos seus Comités Institucionais de Bioética para a Saúde (CIBS's) que entretanto constituiu (actualmente em número de 8) é rever e propor emendas aos protocolos de investigação que envolvam seres humanos, monitorizar a sua aplicação no terreno, apoiar os pesquisadores no desenho metodológico dos protocolos e, em especial, na apreciação das considerações éticas no diz respeito aos princípios da autonomia, beneficência, não maleficência e vulnerabilidade. Paralelamente, procede à formação dos seus membros e dos pesquisadores em geral no intento de elevar os conhecimentos destes de modo a garantir, especificamente nos estudos que envolvam seres humanos a aplicação das directivas bioéticas.

O Comité Nacional de Bioética para a Saúde (CNBS) em Moçambique é composto por um grupo multidisciplinar de catorze membros em representação de diversas áreas de interesse: 5 médicos, 1 enfermeiro, 2 veterinários, 1 sociólogo, 1 antropólogo, 1 Jurista, 1 membro da sociedade civil, 2 membros da comunidade religiosa (Muçulmana e Cristã). Destes, cinco são membros leigos. Nenhum dos seus membros usufrui salário pelo exercício destas funções.

É sobejamente sabido que, nesta matéria, os países em desenvolvimento como o nosso possuem grandes dificuldades na execução das suas tarefas, têm gritantes carências em recurso humanos preparados para estas especificidades, têm por consequência muito menos informação sobre as políticas e práticas da bioética da investigação do que nos países industrializados e, por isso, fazem grandes esforços para se manterem coerentes com o desenvolvimento.

A nossa rede de Comités de Bioética (CNBS e CIBS's) tem procurado levar a cabo experiências que permita um incremento do julgamento ético dos seus membros para que assim eleve os padrões éticos no intuito de assegurar sempre a qualidade da investigação e a protecção dos participantes envolvidos

nos estudos que se realizam. Assim, acreditamos, auxiliaremos melhor a satisfazer, com mais consequência, as necessidades, os direitos e os deveres dos investigadores e das populações de Moçambique.

Cooperar com o mundo é um imperativo urgente como enfatiza a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos aprovada pela UNESCO e homologada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Na verdade lê-se nesta Declaração que *“Os Estados devem apoiar a difusão internacional da informação científica e encorajar a livre circulação e a partilha de conhecimentos científicos e tecnológicos.”*. Adentro esta cooperação desenvolver uma cooperação Sul-Sul, em que se privilegia o Brasil é, seguramente, atingir mais rapidamente esse patamar mais alto que se deseja. Na realidade o Brasil que caminha na vanguarda no que diz respeito aos novos conceitos da biótica moderna sob a designação da Bioética de Intervenção e possui também a mesma língua portuguesa como factor de união poderá ser, estamos convictos, a prioridade a estabelecer.

Não descorando outros investimentos e esforços para reduzir a pobreza e a desigualdade existentes nos países em desenvolvimento (com o estabelecimento genuíno de parcerias com abertura, confiança e apreço mútuo), é melhorando as capacidades dos seus recursos humanos, cremos, o que fará acelerar, na globalidade, o crescimento destes países.

E foi tendo em conta tal realidade que, em 2 de Março de 2016, Moçambique, juntamente com Angola, Brasil, Cabo Verde e Cuba assinam a **Declaração de Malange**, crenes que a cooperação Sul-Sul no campo da bioética seria uma meta fundamental para *“Promover vínculos entre pessoas e instituições dos seus respectivos países e organizações.”* Mas, nesta mesma senda, dentro do espírito da **Declaração de Malange** e com semelhantes finalidades, os Membros do Comité Nacional de Bioética para a Saúde e os Membros dos diversos Comités Institucionais de Bioética para a Saúde, presentes ao Curso de Actualização em Bioética em Saúde, juntamente com os Professores Doutores Volnei Garrafa e Thiago Rocha da Cunha que ministraram o Curso, assinaram a **Carta de Moçambique** a 13 de Outubro de 2016.

Temos intenções, palavras e caminhos. Faltam-nos contudo a acção.